



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL

Edilaine Albertino de Moraes¹; Yasmin Xavier Guimarães Nasri²; Aline Emy Fuguhara³

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora, edilaine.moraes@ufjf.br

² Universidade de São Paulo, yasminnasri@usp.br

³ Universidade Federal de Juiz de Fora, emy.fuguhara@estudante.ufjf.br

GT 13: O turismo como vetor de conflitos socioambientais, de resistências e de alternativas de/ao desenvolvimento

RESUMO ou Abstract ou Resumen

O compromisso global com a construção de medidas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas convida o setor e os governos ligados ao planejamento de experiências turísticas a repensarem suas práticas. Frente a esse cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar perspectivas teórico-conceituais sobre o turismo de base comunitária (TBC) e a dinâmica das alterações climáticas em áreas vulneráveis no Brasil, para se pensar em alternativas, resistências e desafios frente ao desenvolvimento global emergente. Para isso, desenvolveu-se um estudo descritivo-exploratório, de análise qualitativa, envolvendo a sistematização de um quadro conceitual, por meio da adaptação da Análise de Conteúdo. Os resultados apontam para a importância do TBC na construção de ações locais engajadas com os acordos climáticos, como o desenvolvimento de tecnologias limpas e de baixo carbono. Contudo, um grande desafio de governança se refere à implementação de políticas públicas que valorizem as particularidades de tais comunidades e suas iniciativas, além de garantir direitos de educação, saúde e infraestrutura.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de base comunitária, Emergência climática, Brasil.

DESTAQUES (highlights)

1. Os efeitos diretos das alterações climáticas no turismo são inegáveis, como o desgaste da imagem de destinos impactados por desastres, a exploração desmedida de recursos naturais e a especulação imobiliária.
2. As ações para adaptação climática se manifestam não apenas na recuperação dos efeitos a curto prazo, mas também a longo prazo.
3. O turismo de base comunitária se articula a tecnologias mais limpas e de baixo carbono, além de fortalecer atividades de diversificação da economia local.
4. O TBC é extremamente importante para os grupos vulneráveis se reafirmarem e resistirem, bem como uma proposta fundamental para ser incluída no plano das políticas públicas de turismo, de proteção da natureza e de mudanças climáticas.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT) e o Fórum Internacional de Transportes (ITF), em 2016, o turismo contribuiu com cerca de 8% a 10% das emissões globais de gases de efeito estufa CO₂, com o transporte aéreo desempenhando um papel crucial nesse processo (LENZEN *et al.*, 2018). Essa informação fez com que essa discussão alcançasse órgãos internacionais estratégicos para estabelecer incentivos ao setor com o objetivo de auxiliar na diminuição das alterações climáticas.

A relevância dessa questão resultou na aprovação da "Declaração de Glasgow: um compromisso para uma década de ação climática no turismo", por várias organizações do setor e governos, na Conferência do Clima da ONU - COP26 (OMT, 2021). Esta declaração é percebida como um estímulo na luta contra as mudanças climáticas no setor turístico, reconhecendo a importância do engajamento para a transformação do setor, guiado pelo "Acordo de Paris", um acordo global firmado em 2015 pelos países integrantes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática.

Este compromisso convida a reinterpretar a maneira como são proporcionadas experiências aos turistas, com o objetivo de contribuir para a redução das emissões de carbono e do consumo, dando prioridade ao bem-estar das comunidades anfitriãs e dos ecossistemas envolvidos. Para tanto, reconhecer a relevância de tratar o tema como prioritário em pesquisa

é crucial, tendo em vista que as investigações acadêmicas e do setor ainda são iniciais e abordadas de maneira marginal (GRIMM, 2016).

Neste cenário, este estudo tem como foco de interesse iniciativas de turismo em bases sustentáveis. Uma possibilidade, nessa perspectiva, tem sido o turismo de base comunitária ou turismo comunitário (TBC), defendido por Grimm e Sampaio (2016) como um meio de adaptação às alterações ambientais e climáticas. Isso visto que o TBC constitui uma prática socioeconômica baseada no compromisso de conservação da natureza, no reconhecimento e na afirmação dos direitos de povos e comunidades tradicionais, e na redistribuição de renda e benefícios entre os grupos envolvidos (MORAES, MENDONÇA, 2024).

Apesar de as discussões e práticas relacionadas ao TBC ainda serem incipientes, variadas e controversas no Brasil, desde o seu surgimento, tem sido visto como uma forma de melhorar a qualidade de vida de vários grupos sociais em situação de vulnerabilidade social e ambiental, que estão à margem dos projetos de desenvolvimento turístico. Isso inclui pescadores artesanais, etnias indígenas, agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas e camponeses (MORAES, MENDONÇA, 2024). Historicamente, esses grupos lidam com contradições e conflitos ligados a questões agrárias e ambientais, que, por sua vez, estão também sujeitos aos efeitos das mudanças climáticas.

Neste sentido, para contribuir com este debate temático, é crucial questionar: Quais são as conexões entre o turismo de base comunitária e as mudanças climáticas? Quais são as iniciativas de TBC articuladas com a pauta climática? Com base nessas inquietações, o propósito deste estudo é analisar perspectivas teórico-conceituais sobre o TBC e a dinâmica das alterações climáticas em áreas vulneráveis no Brasil, para se pensar em alternativas, resistências e desafios frente ao desenvolvimento global emergente.

METODOLOGIA

Este é um estudo descritivo-exploratório, focado na análise qualitativa de fenômenos, envolvendo a construção de discursos e a produção de subjetividades. Um dos procedimentos comumente empregados em estudos desse tipo é a pesquisa bibliográfica (GIL, 1994).

Nessa perspectiva, a primeira etapa metodológica envolveu levantamento bibliográfico por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), considerando também o acesso ao conteúdo das seguintes bases de dados:

Google Acadêmico, SciELO, Web of Science e Redalyc. A busca por produção bibliográfica se deu a partir da seleção de palavras-chave em português, como “Turismo de Base Comunitária”, “Turismo Comunitário” e “Turismo e Comunidades Locais”, combinadas com as expressões “Mudanças Climáticas”, “Agenda do Clima”, “Clima” e “Ação Climática”. Foram identificados oito artigos acadêmicos e 01 tese de doutorado. Após a leitura exploratória dos materiais, incluindo o título, o resumo e a conclusão, foi possível rastrear a existência de informações que podem contribuir para o presente estudo, delimitando 6 artigos e uma tese. Em seguida, realizou-se a leitura e o fichamento desses materiais na íntegra, destacando dados secundários pertinentes diretamente aos objetivos da pesquisa. Dessa forma, foi possível mapear conceitos relacionados ao turismo de base comunitária, às mudanças climáticas e os riscos e desastres resultantes, além de casos estudados e como eles têm encontrado respostas e soluções para lidar com os desafios atuais.

Para complementar os dados levantados sobre iniciativas de turismo articuladas com mudanças climáticas, foi consultada uma *live* (transmissões ao vivo) na plataforma instagram. Esse recurso possibilitou o acesso a relatos de experiências de forma qualitativa e descritiva, permitindo assim a ampliação dos casos práticos sob essa ótica.

Com um amplo alcance de informações extraídas de diferentes publicações e de discussões e interações on-line em mídias sociais, posteriormente, os dados foram sistematizados, auxiliando na definição de um quadro conceitual envolvendo o objeto de estudo (GIL, 1994). Para estabelecer uma compreensão dos dados coletados, buscou-se elaborar caminhos de respostas para as questões formuladas de forma articulada com os referenciais teóricos da pesquisa.

É importante mencionar ainda que, este estudo constitui um recorte do Projeto de Iniciação Científica intitulado “Turismo de base comunitária, Mudanças climáticas e Sustentabilidade: relações, disputas e perspectivas”, vinculado ao Grupo de Pesquisa e Extensão TBC-Rede: Turismo de base comunitária, Sustentabilidades e Redes (UFJF/UFRRJ/CNPq), e cadastrado na Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UFJF, desde 2024. A metodologia empregada nesse projeto envolveu métodos e técnicas de pesquisa para além dos que foram aqui apresentados, atendendo objetivos mais amplos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme as diretrizes da Organização Mundial do Turismo (2023), o planejamento de

ações climáticas no setor turístico do Brasil é relativamente recente. A elaboração de um plano nacional está em curso, onde se constatou a necessidade de estabelecer estratégias de adaptação integradas para tornar o país uma referência em turismo sustentável. Essas táticas precisam incluir colaborações entre órgãos públicos, subnacionais, privados e da sociedade civil, sendo crucial que as comunidades locais participem ativamente das ações (MTur, 2023).

Essas medidas configuram um grande desafio a ser enfrentado, considerando que, historicamente, o turismo de sol e praia, um dos principais segmentos turísticos no Brasil, caracteriza-se como um turismo massivo e sazonal, fortemente influenciado pelo clima relacionado às estações do ano. Isso impacta diretamente o destino, uma vez que tende a intensificar a degradação ambiental não só pelo fluxo intenso de turistas, mas também pela existência de grandes empreendimentos imobiliários turísticos (CORIOLANO, VASCONCELOS, 2012).

Por outro lado, as experiências nacionais de turismo de base comunitária tendem a constituir um caminho viável e pertinente para a experimentação e implementação de iniciativas para a mitigação e adaptação climática. Isso porque as práticas de TBC têm configurado uma forma de produzir turismo, na qual a comunidade gerencia e se desenvolve de maneira coletiva e solidária, gerando renda e trabalho, valorizando saberes locais. Ao mesmo tempo, essas práticas pressupõem a conservação e a redução de impactos, promovendo a educação ambiental e a restauração de ecossistemas (GRIMM, SAMPAIO, 2016).

O turismo de base comunitária desenvolvido no interior e, ou entorno de unidades de conservação tem se destacado nesse sentido. Segundo Grimm e Sampaio (2015), as comunidades envolvidas na construção do TBC nessas áreas compartilham os seus saberes, sobretudo ligados à conservação da biodiversidade, procurando maneiras de atenuar e minimizar os efeitos das alterações climáticas que as impactam diretamente.

Segundo o WWF (2025), esses efeitos resultam de mudanças de longo prazo na temperatura que podem ser decorrentes direta ou indiretamente de atividades humanas, principalmente da queima de combustíveis fósseis, desmatamento de florestas, aterros de lixo, atividades industriais e transportes, que liberam dióxido de carbono (CO₂). Diante disso, vários efeitos das alterações climáticas se caracterizam pela falta de água, secas, migrações, destruição de ecossistemas e biodiversidade por causa de queimadas, perigos de extinção, mudanças nos períodos das estações, além de efeitos na pesca, na agricultura e na colheita,

entre outras consequências.

Portanto, as mudanças climáticas não se limitam apenas aos efeitos imediatos no tempo, mas também afetam a variabilidade climática natural, que se refere às flutuações naturais do clima ao longo do tempo, aumentando a frequência, intensidade e imprevisibilidade de eventos extremos.

Nessas condições, Grimm e Sampaio (2015, 2016) ressaltam que as comunidades tradicionais são capazes de identificar os riscos ambientais, tais como os resultantes do clima, seja ele natural ou causado pela intervenção humana. Isso ocorre porque elas têm uma compreensão aprofundada do ambiente, fruto do seu contato direto e constante com a natureza. Isso é crucial para a sua sobrevivência e para a preservação ambiental, já que fazem o manejo e o uso dos recursos naturais de maneira a garantir a sua continuidade.

Considerando os riscos e desastres climáticos ocorridos e seus efeitos no TBC, alguns estudos levantados apontam experiências e desafios a serem enfrentados diante da pauta climática, a serem descritas adiante.

Na região sul do país, a comunidade de Barbados, situada na Ilha do Superagüi, em Guaraqueçaba, no litoral paranaense, é acessível apenas por meio de embarcações particulares. A vila caiçara é conhecida pelos seus atributos de paisagem e relevo, além do seu ambiente receptivo. A comunidade está inserida no Parque Nacional de Superagüi, uma área de proteção integral que historicamente é conflitante com os moradores caiçaras. A comunidade vive, principalmente, da pesca e de algumas pousadas, campings e hospedagem em casas de família. Há uma pequena estrutura turística no local. Os impactos mais significativos das mudanças climáticas são percebidos por meio de invernos e verões mais quentes e úmidos, alterações na temperatura, afetando diretamente a pesca e a agricultura (GRIMM, SAMPAIO, 2016).

Da mesma forma que a mudança climática afeta as atividades cotidianas, os autores destacam os prejuízos identificados, agrupando-os em quatro áreas: patrimonial, segurança, trabalho e renda. Nesse processo, “avaliam o tamanho das perdas a partir dos danos e dos efeitos que essas mudanças ocasionam no meio ambiente, patrimônio e nos alicerces que sustentam suas vidas e de sua comunidade” (GRIMM, SAMPAIO, 2016, p.72).

Assim, o turismo comunitário pode ser implementado como uma estratégia adaptativa na área do Parque Nacional do Superagui (GRIMM, SAMPAIO, 2016), bem como, pode conectar a comunidade caiçara ao órgão gestor do parque, devido às suas visões

compartilhadas de conservação. Se adequadamente organizada, contribui ainda para amenizar o processo de êxodo de pescadores para as zonas urbanas (COUTINHO, SAMPAIO, RODRIGUES, 2014).

No estado do Paraná, outro caso é o da Microbacia do Rio Sagrado localizada na zona rural do município de Morretes, que abrange a Área de Proteção Ambiental de Guaratuba, a Reserva de Biosfera da Floresta Atlântica e as comunidades de Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejumirim e Candonga. A área é caracterizada por ser uma região vulnerável ambientalmente devido à sua topografia acidentada e altos índices pluviométricos, o que implica considerar nesse contexto a problemática da relação entre modos de vida e mudança climática. A maioria dos moradores se dedica a atividades agrícolas e pecuárias, e algumas famílias vêm trabalhando com atividades associadas ao turismo comunitário (GRIMM et al., 2015).

A experiência incipiente de turismo comunitário do Rio Sagrado permite uma interação mais próxima do visitante com o local, considerando a convivência cotidiana com os costumes e a identidade das comunidades visitadas. O turismo comunitário, como uma alternativa viável para o ecodesenvolvimento local, requer a integração dos planos municipais, a manutenção da qualidade ambiental, a participação ativa da comunidade local e a cooperação dos demais participantes (SAMPAIO, ZAMIGNAN, 2012). Assim, o turismo comunitário vem agregando valor às produções dessas comunidades locais e não apresenta a sazonalidade típica do turismo convencional predominante nos balneários do Paraná (SAMPAIO, GRIMM, 2013).

Na região Nordeste, destaca-se o projeto “Turismo CO² Legal Guardiões do Clima”, que está em execução desde 2009, no sul da Bahia, pela organização da sociedade civil Movimento Mecenaz da Vida. Esta iniciativa busca conservar e regenerar o ambiente natural com o objetivo de resistir e desenvolver socioeconomicamente as comunidades tradicionais e destinos turísticos por meio de compensação dos gases do efeito estufa gerados pelos empreendimentos, moradores locais e visitantes.

Segundo Salvador Ribeiro, o coordenador do projeto, em 2011, a UNESCO reconheceu o Turismo CO² Legal como o primeiro projeto global baseado em uma perspectiva abrangente sobre a compensação e como ele poderia gerar benefícios e o protagonismo das comunidades locais, que passam a ser as compensadoras da cadeia de turismo. O projeto envolve os emissores, que são empresas ligadas ao turismo, e o turista,

responsável pela emissão do transporte que ele utiliza para chegar ao destino receptor. Na outra extremidade, as comunidades locais, agricultores familiares e quilombolas, compensando essas emissões por meio da preservação das florestas, da restauração florestal e da adoção da agroecologia, uma agricultura que está em sintonia com o clima, fixando e mantendo o carbono no subsolo (MORAES, 2024).

Nessa perspectiva, o projeto piloto começou em Itacaré, um conhecido destino turístico na Bahia, expandindo para a Península de Maraú e a Serra Grande, no litoral sul do estado. Essa região abrange rica biodiversidade, unidades de conservação, habitada por comunidades rurais, agricultores familiares e quilombolas. Portanto, procura-se implementar iniciativas que permitam a esses grupos se engajarem e se beneficiarem do turismo sob os princípios do projeto. Dessa forma, o projeto vem ampliando a sua Rede de Participantes (Hotéis, Pousadas, Restaurantes, Comércio e Serviços) de Destinos turísticos Guardiões do Clima, com o apoio de diversos parceiros (MORAES, 2024).

As iniciativas descritas estão sistematizadas no Quadro 1, a seguir, junto aos conceitos – relacionados às mudanças climáticas e ao turismo –, os riscos e desastres, as regiões geográficas críticas, empresas de turismo, saídas e soluções, além dos desafios mapeados na literatura.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

Quadro 1: Pesquisa bibliográfica nacional sobre Mudanças climáticas e Turismo de base comunitária.

Conceitos relacionados às Mudanças climáticas	Conceitos relacionados ao turismo	Riscos e Desastres	Regiões Geográficas Críticas	Empresas de turismo	Saídas e Soluções	Desafios
Impactos climáticos Adaptação Mitigação Desenvolvimentismo Discurso Ambiental Desenvolvimento Sustentável Variabilidade climática Mudanças ambientais e climáticas	Turismo de base comunitária Turismo comunitário, solidário e sustentável Participação comunitária Governança Turismo de Sol e Praia Sazonalidade turística Unidade de Conservação Populações tradicionais Adaptação socioeconômica Impactos ecológicos	Invernos mais rigorosos e verões mais quentes Variações rápidas de temperatura em curtos períodos. Chuvas mais frequentes, intensas e irregulares, com secas prolongadas. Aumento do nível do mar, marés mais revoltas e avanço da água salgada em áreas costeiras. Deslizamentos de terra, enxurradas, ventos fortes. Redução da pesca comercial e de	Parque Nacional do Superagui (Paraná) Macrobacia do Rio Sagrado Litoral Paranaense Itacaré (Bahia) Serra Grande (Bahia) Península do Marau (Bahia)	Transporte aéreo Meios de hospedagem.	Governança e Participação Protagonismo comunitário e representação política Atividades ecoeficientes e estratégias para a redução do turismo de massa Educação ambiental Medidas adaptativas climáticas Turismo comunitário como alternativa ao modelo convencional. Comunidades tradicionais como	Diminuição do potencial turístico Desgaste da imagem de destinos afetados por desastres. Custos com recuperação pós-desastres. Saúde Pública Conflitos entre turistas e moradores por acesso a serviços de saúde, água e alimentos. Sobrecarga dos sistemas de saúde devido a doenças relacionadas à água contaminada ou estresse térmico.

		<p>subsistência</p> <p>Alterações nas estações de colheita e plantio. Escassez de água (secas) e declínio da qualidade hídrica</p> <p>Danos materiais, perdas econômicas (ex.: infraestrutura turística)</p> <p>Vulnerabilidades Sociais</p> <p>Migração forçada.</p>			<p>guardiãs de práticas sustentáveis.</p> <p>Participação em políticas públicas.</p> <p>Tecnologias limpas e financiamentos de projetos de baixo carbono.</p> <p>Apoio logístico para atividades turísticas que diversifiquem a economia local.</p> <p>Adesão a acordos climáticos globais</p>	<p>Exploração predatória de recursos naturais</p> <p>Especulação imobiliária e turismo de massa.</p> <p>Participação limitada em iniciativas de mitigação</p> <p>Uso de certificações ambientais, porém, com críticas ao greenwashing.</p>
--	--	---	--	--	--	--

Fonte: As autoras (2025).



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

Embora sejam incipientes as iniciativas mapeadas que discutem TBC em conexão com as questões climáticas, pode-se afirmar a importância das comunidades locais em ações para a mitigação das mudanças climáticas, além de identificar os desafios e alguns caminhos traçados para encontrar soluções possíveis. São inegáveis os efeitos diretos no turismo devido às variações e alterações climáticas, como o desgaste da imagem de destinos impactados por desastres, a exploração desmedida de recursos naturais e a especulação imobiliária, que valorizam uma região em função do turismo, marginalizando a população local.

Neste sentido, é preciso a valorização das comunidades tradicionais como guardiãs das práticas sustentáveis, sendo elas detentoras dos saberes de conservação ambiental, assim como a prática do turismo comunitário, não sendo afetado pela sazonalidade, buscando o enfoque pedagógico sobre educação ambiental e conscientização do turista. O turismo de base comunitária se articula, assim, a tecnologias mais limpas e de baixo carbono, além de fortalecer atividades de diversificação da economia local.

Para isso, é importante a governança e participação social no processo. Isso é crucial para a criação de políticas públicas que apoiem não apenas na recuperação de eventos extremos, mas também na implementação de políticas de monitoramento, estímulos e valorização das comunidades, além de fortalecer a adesão a acordos climáticos. As ações para adaptação climática se manifestam não apenas na recuperação dos efeitos a curto prazo, mas também a longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das incertezas e do TBC ainda fazer parte de um campo de estudo e pesquisa em construção, revela-se enquanto uma importante atuação para os grupos vulneráveis se reafirmarem e resistirem, bem como uma proposta fundamental para ser incluída no plano das políticas públicas de turismo, de proteção da natureza e de mudanças climáticas. Isso se justifica ainda mais ao se considerar que o Brasil, ao adotar a Agenda Global 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, compromete-se em conceber e implementar políticas para promover o turismo nos caminhos da sustentabilidade. Isto é, se a Agenda 2030

define um quadro global para erradicar a pobreza extrema, combater a desigualdade e a injustiça e reparar as mudanças climáticas, o turismo também deverá contribuir para o alcance desses objetivos. A gestão dessa tarefa se torna um grande desafio para o Ministério do Turismo, particularmente por meio da Coordenação de Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo, bem como da Coordenação de Turismo Responsável. Portanto, o momento atual parece ser singular para essa reflexão e ação, uma vez que o Brasil se tornará palco da COP 30, que irá ocorrer em 2025, em Belém (Pará).

REFERÊNCIAS

CORIOLOANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. Turismo, Territórios e Conflitos Imobiliários. Fortaleza: EdUECE, 2012.

COUTINHO, G. C. T. P.; SAMPAIO, C. A. C.; RODRIGUES, L. P. Potenciais atrativos de comunidades tradicionais: turismo comunitário em Barbados, Guaraqueçaba (PR). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 6, n. 5, p. 972-989, nov. 2013/jan. 2014.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.

GRIMM, I. J. Mudanças climáticas e turismo: estratégias de adaptação e mitigação. 2016. 249 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

GRIMM, I. J.; DIAS, A.; SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V. Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas no Ecodesenvolvimento: Análise da Experiência da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes, PR. Ambiente & Sociedade, v. XVIII, n. 1, p. 121-140, jan./mar. 2015.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo Comunitário: possibilidade de adaptação diante das mudanças ambientais e climáticas. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 62-78, ago. 2016.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo comunitário: possibilidade de adaptação das comunidades da região do Parque Nacional do Superagui frente às mudanças ambientais e

climáticas. In: SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 12., 2015, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPTUR, 2015. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/88.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2025.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Variabilidade climática e turismo: o papel do turismo comunitário para mitigação dos impactos. In: SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 10., 2013, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul: UCS, 2013.

LENZEN, M. et al. The carbon footprint of global tourism. *Nature Climate Change*, v. 8, n. 6, p. 522–528, 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). Ação Climática em Turismo no Brasil: Primeiros passos rumo ao plano nacional de ação climática para o turismo brasileiro. Brasília: MTUR, 2023.

MORAES, E. A. de [@tbcrede]. LIVE no Dia Mundial do Meio Ambiente sobre Turismo, Comunidades e Mudanças Climáticas com Salvador Ribeiro da Silva Filho. Instagram, 5 jun. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C72TLDAJtrR/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MORAES, E. A. de; MENDONÇA, T. C. de M. Turismo de Base Comunitária no Brasil: pistas para conhecer, intervir e construir caminhos possíveis. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, v. 10, n. Regular, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. One Planet Sustainable Tourism Programme (2021) – Glasgow Declaration: a Commitment to a Decade of Climate Action. Madrid: UN Tourism, 2021.

SAMPAIO, C. C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística experiência de turismo comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). CULTUR: Revista de Cultura e Turismo, ano 6, n. 1, p. 25-39, 2012.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. Climate Action in Tourism – An overview of methodologies and tools to measure greenhouse gas emissions. Madrid: UNWTO, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284423927>.

WWF-BRASIL. Efeito Estufa e Mudanças Climáticas. [S. l.], 2025. Disponível em: https://www.wwf.org.br/nossosconteudos/conceitos_/efeitoestufa_e_mudancasclimaticas/. Acesso em: 2 jul. 2025.